

A GESTÃO DOS ARQUIVOS PRIVADOS DE ARQUITETURA E URBANISMO: DA ORGANIZAÇÃO À DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO. ENTRE OS PROBLEMAS E DESAFIOS NO PRESENTE, E AS OPORTUNIDADES DO FUTURO

Paulo Batista

CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (PORTUGAL)

PPG-FAU-UnB - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (BRASIL)

Resumo

Os arquivos privados de arquitetos e urbanistas colocam inúmeros problemas aos serviços de informação – arquivos, bibliotecas, museus, faculdades de arquitetura e urbanismo, etc. – onde se encontram ou àqueles que se preparam para os receber, com consequências profundas ao nível da sua organização, conservação, acesso e difusão.

Das exigências técnicas, indispensáveis para a sua compreensão, à multiplicidade tipológica, diversidade de suportes, formas e dimensões, volume, preservação, conservação, natureza digital, aspetos legais, mas sobretudo à inexistência, em Portugal, de uma política nacional de aquisição e avaliação por parte da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), tal como sucede no Brasil, com o Arquivo Nacional, muitos são os problemas e desafios que é urgente resolver no âmbito dos arquivos privados de arquitetura e urbanismo, apresentando soluções para os mesmos, transformando-os em oportunidades, para que possam ser disponibilizados à sociedade e às gerações futuras, permitindo a sua compreensão, fruição e valorização.

Mais do que um garante e direito democrático fundamental dos cidadãos, o acesso à informação, em geral, e da constante nos documentos de arquitetura e urbanismo, em particular, é uma exigência ética do processo civilizacional, possibilitando o conhecimento da produção do património edificado, mas também o não construído, e da cultura arquitetónica.

Este objetivo, de documentar a arquitetura e o urbanismo, as suas atividades e agentes, tem um poderoso aliado nas novas tecnologias da informação e comunicação, em que a Internet possibilita a consulta remota da informação e a obtenção de cópias digitais, com ganhos indiscutíveis no que respeita à sua conservação e difusão.

No mesmo sentido, é crucial o permanente debate e trabalho colaborativo, e transdisciplinar, entre instituições que têm arquivos de arquitetura e urbanismo à sua responsabilidade e os profissionais da informação, os arquitetos e investigadores de arquitetura, porque todos são parte integrante da mesma realidade em que os documentos de arquitetura são decisivos para o conhecimento, a construção de memória coletiva, a produção cultural e a proteção dos direitos dos cidadãos e das suas organizações.

Palavras-chave: Arquivos privados de arquitetos e urbanistas, gestão da informação, problemas, desafios, oportunidades.

1 INTRODUÇÃO

No âmbito da sua atividade, os arquitetos e urbanistas produzem inúmeros documentos, pelo que os respetivos arquivos são um reflexo dessa realidade, a que se junta a informação complementar, de natureza privada, que está relacionada com um projeto específico, ajudando à sua compreensão, ou a verificar a eventual repercussão na sociedade. Tomemos como ponto de partida a reflexão de Manual Graça Dias (1953-2019):

To say that we architects accumulate a ton of information is true. To say that I am perhaps the last person to hold forth on any efficient method of organising, storing, archiving or even throwing

out that information is also true. [...] The ideal would be to have the courage not to store anything, to send everything to a huge waste bin in order to pursue real life and one's new and stimulating brainwaves on each occasion a new process begins. (Dias, 2010, p. 42 e 52)

Sendo evidente o exagero e o estilo provocatório, com o objetivo de provocar o debate, característico deste notável arquiteto português, a citação dá o mote para a realidade dos arquivos privados de arquitetos e urbanistas. Com efeito, segundo a nossa experiência, mesmo existindo exceções, por regra, para além da vontade de preservação e divulgação da sua obra, uma parte significativa dos arquitetos ou ateliers de arquitetura contactam os serviços de informação arquivísticos, mas também bibliotecas, museus, universidades, etc., devido à falta de espaço e necessidade de terem mais secretárias, estiradores e colaboradores. Esta questão, bastante prática, ganha outra dimensão considerando o valor exorbitante do m² nas grandes cidades, sobretudo nos seus centros históricos, pelo que no momento de sacrificar espaços ou serviços nos ateliers de arquitetura o arquivo torna-se um alvo fácil. Quando tal acontece, colocam-se três opções: deslocar esse arquivo para um armazém ou garagem nos arredores da respetiva cidade, onde o custo do m² é muito inferior; entregar o arquivo a uma empresa de arquivo de documentação privada, pagando a respetiva custódia e gestão arquivos em fase corrente e/ou definitiva, no cumprimento das diferentes funções arquivísticas; e, a que naturalmente defendemos, contactar uma instituição de memória para a sua incorporação na mesma, normalmente por doação, pelo embora tal se verifique através de outras fontes de aquisição e transferência, como a compra, depósito, comodato, etc.

Outro aspeto fundamental a considerar, é que se existem arquitetos e ateliers de arquitetura que organizam bastante bem a documentação relativa à sua obra edificada, separando mesmo o processo administrativo dos desenhos, em inúmeras situações isso não se verifica, valorizando-se somente a obra construída. Esta atuação faz com que não se considerem importantes os desenhos, e demais documentação, relativa aos projetos que não passaram disso mesmo. Mesmo em relação aos projetos que originaram edifícios, alguns arquitetos apenas conservam os alçados, perspectivas e telas finais, ou os desenhos de maior valor iconográfico. Dito de outra forma, por vezes são os próprios arquitetos e urbanistas a eliminar uma parte significativa dos seus arquivos, pelo que é legítimo afirmar que a primeira razão, porventura a maior, pela qual os mesmos chegam bastante incompletos às instituições de memória que os vão receber são os seus autores.

Ainda assim, felizmente, cada vez mais, verifica-se na atualidade que existe um grande interesse e vontade dos arquitetos e urbanistas autores, os seus familiares ou herdeiros entregarem os arquivos dos primeiros às referidas instituições, sendo que isso acontece por diferentes formas e motivações (Aleixo & Mestre, 2022).

De facto, parecem não existir dúvidas:

La arquitectura y disciplinas técnicas similares están de moda y debemos aprovecharlo. [...] Los Archivos de arquitectura gestionamos la "arquitectura de papel" donde todo lo que el ciudadano ve por las calles está plasmado y puede consultar. Pero aún hay más. Custodiamos proyectos irrealizables, proyectos irrealizados, proyectos que han desaparecido de los que ya no puedes conocer más que a través de la memoria gráfica. Todo ello lo tenemos en nuestros Archivos de Arquitectura y solo cabe sacarlo a la luz. (Carrascal, 2023, p. 31)

Como fazê-lo? Identificando os inúmeros problemas, condicionantes e complexidades que o tratamento dos arquivos privados de arquitetos e urbanistas colocam, apresentando soluções para os mesmos, transformando os desafios em oportunidades, para que possam ser disponibilizados à sociedade e às gerações futuras, permitindo a sua compreensão e valorização (Conde & Vieira, 2009).

2 METODOLOGIA

Este artigo insere-se, sendo efetuado, no âmbito do Pós-Doutoramento em Arquitetura e Urbanismo que nos encontramos a desenvolver no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, desde 1 de setembro de 2024, sob a supervisão do Prof. Dr. Ricardo Trevisan, com o título "A gestão da informação nos arquivos privados de arquitetos e urbanistas em Portugal e no Brasil - Problemas,

desafios e oportunidades: Cassiano Branco e Francisco Keil do Amaral (Arquivo Municipal de Lisboa, Portugal), Gladson da Rocha e Lucídio Guimarães Albuquerque (Arquivo Público do Distrito Federal, Brasília, Brasil)”.

Por conseguinte, esta pesquisa assenta na investigação em curso nos supramencionados arquivos, potenciando a nossa condição de colaborador do Arquivo Municipal de Lisboa, através de quatro estudos de caso, procurando conhecê-lo de forma multidimensional e transdisciplinar. Esse objetivo está a ser materializado através da análise das fontes do objeto da investigação, complementadas com a leituras de estudos sobre o mesmo, contactos com produtores, investigadores e profissionais que desenvolvem a sua atividade em torno desses documentos, tratamento quantitativo e qualitativo dos elementos recolhidos, e análise comparativas, entre outras metodologias, com a finalidade de estabelecer, promover, dinamizar e comunicar a gestão da informação nos arquivos privados de arquitetos e urbanistas em Portugal e no Brasil, contribuindo para o seu reconhecimento público, por via da concorrente salvaguarda, acessibilidade e disseminação.

3 PROBLEMAS, DESAFIOS E RESULTADOS

Como assinalado, os arquivos privados de arquitetos levantam profundos problemas às instituições de memória, ao nível das questões técnicas que colocam aos arquivistas e investigadores, fundamentais para o seu entendimento, a par da diversidade tipológica, suportes, formas e dimensões, volume, acondicionamento e conservação, que os caracterizam, a que se juntam as questões derivadas do acesso, consulta e difusão da documentação, e as limitações legais nesse sentido. Todos estes elementos têm consequências profundas ao nível da sua gestão, com impacto acrescido ao nível digital. A estes fatores acresce a inexistência de uma política nacional para os arquivos de arquitetura e urbanismo.

3.1 Problemas

Os aspetos técnicos decorrem da natureza técnica dos documentos de arquitetura, como a escala, a cota, o código das cores, cada qual com um significado distinto, entre outros exemplos, a par da importância de distinguir claramente cada um dos desenhos, como as plantas, alçados, perspetivas, cortes, etc. A estes, junta-se, por vezes, o problema da ausência de informações, como legendas – não permitindo identificar a tipologia do projeto ou qual a sua localização –, assinaturas ou datas. A referida exigência técnica, no sentido do seu entendimento, estende-se à informação textual, como memórias descritivas, medições, cálculos, entre outros, que colocam imensas dificuldades aos arquivistas que trabalham com esses documentos. Todos estes elementos convergem para o problema da falta de técnicos especializados, ou com formação e experiência elementar no tratamento deste tipo de arquivos, nas instituições com arquivos de arquitetos e urbanistas, remetendo para a importância das direções das mesmas apostem na formação especializada dos seus técnicos nesta área, assumindo os respetivos custos financeiros. De igual modo, alerta para o imperativo de os arquivistas e os arquitetos colaborarem na normalização da terminologia dos documentos de arquitetura e urbanismo, produzindo glossários atualizados, de modo que haja uma concordância sobre o que se entende por cada um deles e da sua nomenclatura.

O ponto anterior remete para a multiplicidade tipológica característica dos arquivos de arquitetos e urbanistas, já aqui afluído, que vai muito além da obra construída e mesmo projetada, contendo outra, de natureza privada, como correspondência (Figura 1), livros, revistas, jornais, fotografias, bilhetes-postais, obras de arte e os mais variados objetos, etc., resultantes de facetas múltiplas dos seus autores, que se dedicaram a outras áreas para além da arquitetura, como a fotografia, pintura, investigação histórica, entre diversas atividades.

O problema, já enunciado, do acondicionamento, é dos mais exigentes nos arquivos de arquitetos e urbanistas, porque, em múltiplos casos, os seus desenhos apresentam-se em grandes formatos, o que tem grandes reflexos ao nível da preservação, mormente do seu acondicionamento em mobiliário fixo, nomeadamente em planotecas (arquivadores horizontais), para que possam ser arrumados abertos ou, muito mais económico, enrolados em tubos. A outra opção é armazenar esses documentos, de grande dimensão, em mobiliário com estantes deslizantes, com a finalidade de aumentar o espaço disponível. Todavia, o custo financeiro é muito mais elevado do que os arquivadores horizontais, sobretudo tratando-se de modelos elétricos, ao invés de funcionarem manualmente.

Este aspeto é especialmente visível quando se trata de maquetes, considerando a sua dimensão e peso, onerando sobremaneira as soluções para a sua eventual instalação.

Ainda no âmbito dos grandes formatos, esta característica coloca outros problemas ao nível digital. O primeiro refere-se à digitalização propriamente dita, exigindo digitalizadores de enorme dimensão, com valores de aquisição muito elevados, inacessíveis para a larga maioria das instituições que têm à sua responsabilidade arquivos de arquitetura e urbanismo. O segundo problema tem que ver com o seu armazenamento, no qual o formato TIFF deve ser a opção, considerando o objetivo da preservação a longo prazo, ao invés do JPEG, cuja qualidade se degrada com rapidez. Todavia, a escolha do formato TIFF reduz de forma bastante significativa a memória disponível no sistema informático. A questão digital é absolutamente decisiva considerando as vantagens ao nível do acesso e difusão da informação, e da preservação dos originais, o que explica, sempre que tal seja possível, a forte aposta dos serviços de informação nesse sentido.

Na transferência de suporte, derradeira etapa do tratamento documental, as imagens obtidas devem ser a cores (vermelha para os elementos a construir, amarela para os elementos a demolir, preta para os elementos a conservar e azul para os elementos a legalizar), para que os técnicos da gestão urbanística dos municípios, arquitetos, engenheiros, arquivistas, investigadores, etc., possam distinguir as alterações (demolição parcial ou total, e alterações ou ampliação) nas peças desenhadas, que devem incluir plantas, cortes e alçados, do projeto de arquitetura. Da mesma forma, as plantas devem ser digitalizadas à escala, para que os referidos técnicos possam efetuar medições e cálculos, nomeadamente para avaliações e pagamento de escrituras, taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), entre outras contribuições, ou seja, para os procedimentos administrativos (Batista, 2021).

Na conservação, questão muito premente nos documentos que se encontram nestes arquivos, considerando a referida primazia e fragilidade do papel, o suporte em que tradicionalmente os mesmos se apresentam, a que acresce o efeito do tempo, os principais problemas são a sujidade, ferrugem, fita adesiva, dobras e vincos, rasgões, margens quebradiças, áreas do suporte perdidas, o franzido e a ondulação do papel, ataques de insetos e fungos, manchas, ação corrosiva das tintas e descoloração (Ferreira, 2023). Por sua vez, estes danos no suporte implicam medidas de conservação (preservação e restauro), para que possam salvaguardar a informação que apresentam.

Deixando de lado os problemas físicos, é crucial enfatizar os aspetos legais que os documentos dos arquivos privados de arquitetos e urbanistas podem levantar. Um dos grandes obstáculos com o qual diariamente se depara quem trabalha com esta informação, prende-se com o direito ao acesso à informação, atuando entre a obrigação de não o negar o acesso e a necessidade de disponibilizar os dados de forma anónima. A acessibilidade, consulta e difusão aos documentos é condicionado por impedimentos legais, particularmente os respeitantes à proteção de dados e limitações de acesso, como a segurança e a propriedade intelectual.

Concluimos a indicação dos problemas que os arquivos privados de arquitetos e urbanistas levantam com aquele que consideramos ser o mais grave de todos os que elencámos. Referimo-nos, no caso português, ao facto da DGLAB, e no Brasil, ao Arquivo Nacional, os respetivos organismos coordenadores da política arquivística nacional, não terem uma política de aquisições, avaliação e seleção que coloque em diálogo, e a trabalhar em rede, as instituições, públicas e privadas, que possuem arquivos pessoais de arquitetos e urbanistas. Esta realidade faz com que exista uma grande diversidade entre as mesmas, em termos de tratamento, descrição e conservação desses arquivos, por via da menor ou maior afetação de recursos

financeiros, tecnológicos e humanos, ao invés do trabalho colaborativo e de partilha de recursos e competências entre as mesmas (Lima, 2021).

3.2 Desafios

Centrando agora a atenção nos principais desafios que os arquivos privados de arquitetos e urbanistas colocam, globalmente destacamos os relacionados com as políticas de aquisição e de avaliação, a comunicação de informação para os diferentes tipos de utilizadores e o peso, cada vez maior, do digital, nos respetivos documentos.

As doações efetuadas pelos arquitetos e urbanistas que nos encontramos a investigar, caracterizam-se por privilegiar os desenhos mais espetaculares do ponto de vista gráfico, como alçados, perspetivas ou planos, a que se junta a documentação particular, privada ou pessoal, como correspondência, fotografias, livros, revistas, jornais (Figura 2), trabalhos escolares, estudos manuscritos, impressos e académicos, entre outros exemplos.



Figura 2. Fundo Gladson da Rocha, artigo publicado no Correio Braziliense, Brasília, 21-05-1955: Caixa 25 – “Recortes de Jornais”; Documento 5. Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL, BRASÍLIA, 2024.

De fora fica, quase sempre, a documentação escrita, ligada à gestão corrente/diária da sua profissão e empresa, como a respeitante à criação e desenvolvimento de um atelier, ou à área financeira. Daqui resulta que as instituições de memória apenas recebem uma pequena parte do arquivo desse arquiteto ou urbanista, excluindo a documentação com valor primário, que cumpre as funções de prova administrativa, legal ou financeira, claramente, a mais volumosa em qualquer empresa. Por conseguinte, estamos a falar muito mais em arquivos privados, e raramente em arquivos empresariais.

Por outro lado, nas políticas de aquisição observa-se que algumas instituições privilegiam os arquivos de arquitetos e os escritórios de arquitetura mais conhecidos e mediáticos. Intimamente ligado a este aspeto, verifica-se a aquisição de arquivos de arquitetura por instituições que não possuem um sistema de gestão de arquivos, ou seja, que não apostam no tratamento integral

de um determinado arquivo, mas apenas de uma parte do mesmo, ancorada na popularidade do seu autor (Carrascal, 2023).

Um terceiro desafio decorre da urgência da avaliação dos arquivos de arquitetos, uma área ainda pouco trabalhada, onde está quase tudo por fazer, com o objetivo de eliminar a documentação que não deve ingressar nas instituições que vão recebê-los, favorecendo a que realmente tem valor secundário, de conservação permanente, isto é, histórico e informativo, com utilidade para fins de investigação. Nunca é demais acentuar que as políticas de retenção devem ser mais fechadas sobre o que arquivar em cada projeto, o que passa pela definição de critérios rigorosos, que conduzam a uma avaliação e seleção muito clara da documentação a integrar nestes arquivos, combatendo a ideia de que tudo deve ser conservado ou que só se preservam os arquivos de arquitetos e urbanistas de reconhecido mérito.

Outro grande desafio decorre da importância das instituições que possuem arquivos privados de arquitetos e urbanistas disponibilizarem informação técnica, rigorosa e adequada aos diferentes públicos, do acadêmico ao cidadão comum, passando pelos estudantes de arquitetura, prestando-lhes ajuda nesse sentido, para que compreendam onde é que a mesma se encontra, explorando na plenitude o potencial dos sistemas de gestão de arquivos e das respetivas bases de dados. Este tema coloca a tónica na necessidade de investir em *software* no qual a descrição arquivística siga as normas e orientações nacionais (de cada país) e internacionais, idealmente com licenciamento livre e de código aberto, ao invés do proprietário, que é licenciado com direitos exclusivos para as empresas que os desenvolvem.

Relevamos agora as questões resultantes da natureza cada vez mais digital dos documentos constantes dos arquivos privado de arquitetos e urbanistas, o que enfatiza a urgência de assegurar a sua conservação e acesso no futuro, mitigando os riscos da obsolescência, numa realidade organizacional e tecnológica em permanente mudança. Este tema é tanto mais premente quanto contemporâneo são os arquivos privados de arquitetos e urbanistas considerados, o que evidencia a importância do trabalho em equipa, ente arquivistas, arquitetos e informáticos.

3.3 Oportunidades

Por último, centramos a atenção nas oportunidades existentes para os arquivos privados de arquitetos e urbanistas. Tendo em conta o extraordinário valor primário e secundário que estes possuem, o grande desafio que se coloca às instituições que os têm à sua responsabilidade é como potenciar os mesmos, promovendo e dinamizando ações de difusão cultural e educativa, de extensão à comunidade e o conhecimento da produção do património edificado, mas também o não construído, e da cultura arquitetónica.

Uma nota prévia para sublinhar um aspeto que atravessa não só a difusão dos arquivos privados de arquitetos e urbanistas em particular, mas todos os aspetos que apresentámos, ou seja, a necessidade de os mesmos serem previamente entendidos, implementados e desenvolvidos como fatores de competitividade, com ganhos de produtividade e eficiência, através da transparência dos atos administrativos, desburocratização de procedimentos, simplificação de processos, redução do tempo de recuperação da informação e aumento da qualidade da resposta aos utilizadores (Batista, 2020).

Ligado de forma indelével ao exposto, aspeto cuja relevância também já assinalámos ao referirmos as vantagens da digitalização, a Internet é uma opção irreversível e inadiável para as instituições que possuem arquivos privados de arquitetos e urbanistas, e pretendam apostar na difusão desses documentos, já que permite a publicação de descrições em linha através de sistemas interoperáveis, o que por sua vez possibilita a consulta remota da informação e a obtenção de cópias digitais.

O investimento na promoção e dinamização cultural e educativa corporifica-se na organização de exposições, com a publicação dos respetivos guias, inventários, catálogos, listas/reportórios, índices, etc., isto é, disponibilizando instrumentos de acesso à informação, idealmente associados a todos os documentos existentes nos arquivos de arquitetura e urbanismo, e não apenas aos que graficamente são mais apelativos, segundo uma metodologia que obedece às normas nacionais e internacionais de descrição de documentos de arquivo.

De igual modo, insere-se nesta estratégia orientada à divulgação e comunicação dos arquivos de arquitetos e urbanistas, a criação de um serviço cultural e educativo, a organização de eventos científicos, presenciais, remotos e híbridos, como, entre outros, colóquios, ciclos de conferências, *webinars*, colocando em diálogo arquivistas, arquitetos, investigadores, estudantes e público em geral, mas também outras instituições que têm à sua responsabilidade esses documentos, de que poderão resultar acordos e projetos de colaboração.

Esta dinâmica inclui a criação de um sítio *web* em *software* livre, a aposta nas redes sociais, jornais, televisão, rádio e outros meios de comunicação social, *mupis*, *tomis*, etc. Ainda que estejamos em plena Era da Informação (Castells, 2007), *as formas mais tradicionais de comunicação, como a verbal, pelo telefone, ou presencial*, quando as pessoas se deslocam aos serviços de informação, não devem ser menosprezadas. Prosseguindo o elencar de *outputs* pelos quais a promoção e dinamização cultural e educativa de arquivos privados de arquitetos e urbanistas se pode consubstanciar, destacamos a apresentação de candidaturas a programas de financiamento e mecenato, o desenvolvimento de um programa de marketing, a criação de linhas de *merchandising*, entre outras possibilidades.

Em síntese, é fundamental as instituições com arquivos privados de arquitetos e urbanistas apostarem na extensão à comunidade, o que no imediato passa por estarem abertas ao público, mas sobretudo pela produção de evidências e produtos nesse sentido para os diferentes públicos – do infantojuvenil, ao sénior, do cidadão comum ao académico, passando pelo que tem qualquer tipo de limitação, do nível motor e/ou cognitivo, mas também invisual - que naturalmente tem diferentes necessidades de informação. Envolvendo esta dinâmica, se o acesso à informação é uma exigência ética do processo civilizacional, a acessibilidade também o é, o que é metrificado pela inexistência de barreiras arquitetónicas para pessoas com deficiência, incapacidade ou dificuldade motora. Só desta forma poderemos falar verdadeiramente em promoção da equidade e a inclusão de todos os cidadãos, em instituições com arquivos privados de arquitetos e urbanistas, já que os respetivos documentos são indispensáveis para o conhecimento, e para a proteção e garantia dos direitos dos cidadãos e das instituições (Batista & André, 2023), ou seja, são a espinha dorsal da construção da memória coletiva e democracia.

Os arquivos privados de arquitetos e urbanistas, e os documentos que integram, não são importantes apenas do ponto de vista arquitetónico e urbanístico, mas também da perspetiva social, cultural e educativa.

Terminamos com a indicação da Pós-Graduação em Arquivos de Arquitetura, da Autónoma Academy, a Escola de Pós-Graduações da Universidade Autónoma de Lisboa, um curso pioneiro nesta área, como solução para os problemas, desafios e oportunidades, que aqui apresentámos, colocados pelos arquivos privados de arquitetos e urbanistas.

Este curso, cuja primeira edição se realizou entre outubro de 2023 e fevereiro de 2024, a segunda entre janeiro e julho de 2024, e a terceira, em curso, desde outubro do presente ano, tem como objetivo desenvolver a investigação e as atividades ligadas à organização, classificação, descrição, conservação, preservação, acesso e difusão, com vista a um conhecimento aprofundado dos documentos existentes nos arquivos de arquitetura e urbanismo, como se observa no seu plano curricular:

- 1 – Arquivos de arquitetura: dimensão conceptual e prática;
- 2 – Os arquivos de arquitetura em Portugal e no Brasil;
- 3 – Nomenclatura e tipologias documentais; do analógico ao digital;
- 4 – As etapas do projeto de arquitetura;
- 5 – As fases de representação do projeto de arquitetura;
- 6 – A documentação em fase corrente nos arquivos de arquitetura;
- 7 – Classificação de arquivos de arquitetura;
- 8 – Avaliação de arquivos de arquitetura;
- 9 – Conservação de arquivos de arquitetura;
- 10 – Acesso e difusão de arquivos de arquitetura.

Do exposto perpassa que esta pós-graduação está bastante direcionada para o Brasil, o que tem sido evidenciado nas três edições da mesma pela presença de alunos deste país, tal como se verifica no seu quadro docente, com professores de diversas faculdades de arquitetura e urbanismo e municípios com a mesma proveniência. Os docentes deste curso, de Portugal e do Brasil, na sua quase totalidade, desenvolvem funções no seu dia-a-dia como técnicos em serviços de informação que possuem arquivos de arquitetura e urbanismo, a resolver os problemas, a dar resposta aos desafios e a potenciar as oportunidades que estes documentos colocam.

Por conseguinte, este curso tem como objetivos específicos:

- Refletir sobre as dimensões epistemológica, histórica e prática dos arquivos de arquitetura e urbanismo, que possam contribuir para a identificação e solução dos problemas, desafios e de oportunidades relacionadas às especificidades desses acervos;
- Conhecer as principais instituições em Portugal e no Brasil que têm à sua responsabilidade arquivos de arquitetura e urbanismo, apreendendo a sua diversidade documental e material;
- Compreender a nomenclatura e as tipologias documentais existentes nestes arquivos, e identificar as etapas de produção, as técnicas de expressão gráfica e as fases de representação dos respetivos documentos;
- Analisar e reconhecer a importância da documentação em fase corrente nos arquivos de arquitetura e urbanismo, normalmente pouco estudada, quando comparada com a existente em fase permanente;
- Entender como se efetua e quais as principais características, limitações e potencialidades da organização de arquivos de arquitetura e urbanismo, nas suas diferentes realidades, reconhecendo os critérios subjacentes ao desenvolvimento de instrumentos de acesso à informação e utilizar adequadamente as normas para a descrição de arquivos de arquitetura e urbanismo;
- Adquirir as competências inerentes à prática da avaliação de arquivos de arquitetura e urbanismo conhecer a legislação que a fundamenta;
- Determinar as principais causas de deterioração dos diferentes suportes existentes em arquivos de arquitetura e delinear, eficazmente, a estratégia para dar resposta adequada;
- Sistematizar os procedimentos inerentes aos diferentes utilizadores dos arquivos de arquitetura e urbanismo, as razões que estabelecem as respetivas condições de acesso e o objetivo primordial de disponibilização desta documentação ao público;
- Sensibilizar para a importância dos serviços e produtos culturais e educativos relacionados aos arquivos de arquitetura e urbanismo, como forma de aproximar estes acervos do público em geral, garantindo-lhes a necessária dimensão popular e cultural. (Batista, 2025, no prelo).

Acreditamos que esta pós-graduação tem contribuído para desenvolver a capacitação técnica e científica dos alunos que a frequentaram, respondendo de forma eficaz e eficiente aos inúmeros problemas, desafios e oportunidades colocados pelos arquivos pessoais de arquitetos e urbanistas.

4 CONCLUSÕES

Podemos concluir que os arquivos privados de arquitetura e urbanismo possuem um grande valor probatório, informativo e iconográfico, que os tornam especialmente indicados para o desenvolvimento, não só, de trabalhos de investigação, de natureza académica, mas também de iniciativas de promoção e dinamização cultural e educativa, reforçando a importância do permanente trabalho colaborativo entre instituições que têm e s t e s arquivos à sua responsabilidade, e arquivistas, arquitetos e investigadores de arquitetura, porque todos integram a mesma realidade em que estes arquivos são fundamentais para o conhecimento, a construção de memória coletiva, a produção cultural e a proteção dos direitos dos cidadãos e das suas organizações.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, S.; MESTRE, V. (2022). Registos da Arquitectura de Raúl Chorão Ramalho: de arquivo do atelier a coleção de documentação do SIPA. *Boletim da Universidade de Coimbra*, XXXV (2), 15-71. <https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/12362/9044>.

Arquivo Público do Distrito Federal (2019). *Guia de Fundos – Arquivo Público do Distrito Federal* (9ª ed.). Arquivo Público do Distrito Federal. https://www.arquivopublico.df.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/GUIA_DE_FUNDOS_Completo_HomePage_ArPDF-novo.pdf.

BATISTA, P. (2021). A organização e a descrição dos processos de obras particulares no município de Lisboa. Proceedings of the International Congress on Architectural Archives: Professional Experiences in a Cultural Diversity. International Congress on Architectural Archives: Section on Architectural Records of the International Council on Archives, Braga: Arquivo Distrital de Braga, setembro 25-27, 2019, Portugal (pp. 77-86). <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70577>.

BATISTA, P. (2025). Acervos e arquivos de documentação de arquitetura e urbanismo: práticas, cuidados, problemas, desafios e oportunidades. *Acervos e Arquivos de Urbanismo*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, p. [no prelo?].

BATISTA, P. (2020). *Catálogo do Fundo Cassiano Branco*. Câmara Municipal de Lisboa/Arquivo Municipal de Lisboa.

BATISTA, P. (2022). *Catálogo do Fundo Francisco Keil do Amaral*. Câmara Municipal de Lisboa/Arquivo Municipal de Lisboa.

BATISTA, P. (2017). La serie documental “Expedientes de obras particulares” por el Municipio de Lisboa: Análisis de su sistema de Gestión. [Tese de doutoramento, Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Alcalá].

BATISTA, P.; ANDRÉ, P. (2023). Metageografia dos Arquivos de Arquitetura. *Boletim da Universidade de Coimbra*, Vol. Extra (1), 7-11. <https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/12748/9193>.

CARRASCAL, A. (2023). Problemas, retos y oportunidades en los Archivos de Arquitectura. *Boletim da Universidade de Coimbra*, Vol. Extra (1), 15-35. <https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/12153/9194>.

CASTELLS, M. (2007). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – A Sociedade em Rede*. Fundação Calouste Gulbenkian.

DIAS, M. G. (2009). From the amateur archivist. *COMMA: International Journal on Archives*, 1, 45-52.

FERREIRA, M. C. B. F. (2023). A necessária dimensão popular e cultural dos arquivos. *Boletim da Universidade de Coimbra*, Vol. Extra (1), 53-85. <https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/12121/9197>.

FERREIRA, M. C. B. F. (2021). Manual de tratamento de documentos de arquitetura. Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro. https://aphrioclaro.sp.gov.br/wp-content/uploads/2022/04/ORIENTACOES-TECNICAS_ARQUIVO-PUBLICO.pdf.

LIMA, M. J. P. (2021). Revisitar o Projecto Uma Cidade em (Re) Evolução: Recuperação do Fundo Documental do SAAL Norte. Proceedings of the International Congress on Architectural Archives: Professional Experiences in a Cultural Diversity. International Congress on Architectural Archives: Section on Architectural Records of the International Council on Archives, Braga: Arquivo Distrital de Braga, setembro 25-27 2019, Portugal (pp. 117-125). <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/70577>.